

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.939 - SP
(2019/0292088-2)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : E C DE O
ADVOGADO : FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957
AGRAVADO : A C C DE O
ADVOGADO : ANDRÉA CRISTINA DOS SANTOS CORRADO - SP299157

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *agravo interno* interposto por E. C. DE O. contra decisão que negou provimento ao seu recurso ordinário, ementada nos seguintes termos:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. UTILIZAÇÃO DO 'MANDAMUS' COMO SUCEDÂNEO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 267/STF. VEDAÇÃO NA LEI 12.016/09. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

Em suas razões, a parte recorrente sustentou que a quebra de sigilo determinada pela decisão judicial é processualmente teratológica, como materialmente ilegal. Destacou que a decisão reputada ilegal não é do Juízo da 4ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional II - Santo Amaro - de São Paulo, conforme constou na decisão agravada. Alegou que a decisão agravada estaria em colisão com o entendimento adotado no julgamento prolatado na TP 1.292/SP. Por fim, apontou teratologia na decisão que determina a quebra de sigilo bancário em ação de alimentos. Disse que a exceção permitida somente ocorre para efeito de investigação criminal ou instrução processual penal. Postulou a reconsideração ou o encaminhamento das insurgências para apreciação pelo Colegiado.

É o relatório.

Decido.

Com efeito, em juízo de reconsideração, torno sem efeito a decisão agravada.

Superior Tribunal de Justiça

O tema de fundo acerca da teratologia ou não da decisão atacada via mandado de segurança diz respeito a possibilidade ou não da quebra de sigilo bancário em ação de divórcio cumulada com alimentos.

Dada as relevantes razões expostas no agravo interno, torno sem efeito a decisão agravada para melhor análise do caso concreto.

Antes, porém, necessária a manifestação do Ministério Público Federal.

Ante o exposto, em juízo de reconsideração, torno sem efeito a decisão agravada.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, voltem conclusos para julgamento do recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator